

“A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA E ELA NÃO ANDA SÓ”¹

Magna Fabiana Souza da Silva²

Resumo

O objetivo deste artigo acadêmico é refletir sobre a condição da mulher negra enquanto grupo coletivo de mulheres amefricanas, nos termos de Lelia Gonzales. As mulheres negras não andam só, ou seja, apoiam-se mútua e afetivamente, bem como trazem toda marca e potência afroancestral. As instituições da justiça formal, que compõem o chamado estado democrático de direito brasileiro, marginalizam as experiências e as demandas das negras brasileiras, perpetuando e mantendo políticas públicas deficitárias e excludentes. Nesse contexto, majoritariamente, mulheres negras sentem-se desamparadas em sua busca por proteção, punição e/ou reparação. A maioria delas sente-se só. A solidão dessas mulheres nos seus diferentes espaços e coletivos é também institucionalizada. Torna-se imperativo um novo modelo de justiça perspectivado na insurgência e na insubmissão de mulheres negras que ‘*combinaram de não morrer*’ (adaptado de Evaristo, 2021: 99), cidadãs plenas, dando voz e espaço para aquilo que lhes foi negado anteriormente.

Palavras-chave:

Mulher negra; racismo e sexismo; solidão; justiça; ancestralidade

A XIII Semana da Cultura Religiosa da PUC-Rio, em 2022, traz como tema “Cidadania Plena: democracia, justiça, direitos e deveres” e leva-me a indagar sobre que tipo de consciência crítica podemos (re)construir para além das polarizações, dos *mitos* da democracia racial brasileira e da igualdade entre os seres humanos. Lembrei-me de uma frase que ouvi, há alguns anos, de um colega da Escola de Hotelaria da Faetec de Quintino, que me relatou que sempre ensinava para os alunos: “Só há igualdade entre os iguais”. Somos todas, todes e todos iguais? Eu penso que não. Justamente a diversidade e a pluralidade, tão evidentes em todos os rincões do mundo, tornam as mais distintas expressões culturais e manifestações sociais mais ‘ricas’ e interessantes. No entanto, a história evidencia que, sob outra ótica, o pensamento colonial eurocentrado impôs que somos desiguais e que há na humanidade

¹ O título foi inspirado no livro “A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA”, escrito pela procuradora federal Chiara Ramos e promotora de Justiça Lívia Sant’Anna Vaz. Dados completos estão nas referências bibliográficas.

² Pós-Graduada em Linguística Aplicada. Revisora e tradutora (português e inglês); professora de inglês como língua estrangeira. Tem experiência na área de Letras e do Ensino/Aprendizagem da Língua Inglesa, atuando com ênfase nos temas: discurso, estilística, estudos de gênero com perspectiva afrocentrada, historiografia e empírico. E-mails: silvamagnaf88@gmail.com / silvamagnaf@yahoo.com.br



diferenças tão marcadas que passavam a ser categorizadas na dimensão de diferentes raças. A partir dessa racialização das sociedades pautada em privilégios de uma raça (a raça branca europeia) sobre todas as outras, surgiram extensivas opressões. A acumulação de privilégios se matinha e se mantêm por meio de perversos mecanismos de desigualdades inter-raciais. Colonizadores brancos ocidentais silenciavam e violentavam mulheres, promoviam conflitos entre as “sub-raças” (raças não brancas, especialmente dos povos oriundos da África), ou seja,

a essência do colonialismo (...) se reveste de dois aspectos: um «regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência, e só se sustém pela violência», e o de uma «forma moderna de pilhagem». Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo. (Cesaire, 1978: 7)

Uma das manobras do pensamento colonial ocidental era a objetificação do colonizado. O colonizador empenhou-se em difundir um discurso por meio de políticas e ideologias que levavam os colonizados a “*acreditar em qualquer versão de narrativas sobre si mesmos*” (Evaristo e Rodrigues, 2021: 13). Tal empreendimento promoveu apagamentos, subalternizações, epistemicídios, confinamentos. Na contramão desse projeto etnocêntrico, patriarcal, elitista ocidental, houve vários movimentos de insurreição e insubmissão. No Brasil, homens e mulheres, especialmente negros, negras e indígenas sofreram enormes prejuízos que o colonialismo nos impôs. Em sua versão mais recente, o imperialismo capitalista engendra uma espécie de hipocrisia coletiva que foi fundada por séculos de exploração, em face de uma visão elitista de “civilização”. “*Uma civilização que opta por fechar os olhos para seus problemas mais cruciais é (...) doente*” (Cesaire, 2020: 9). Essa civilização moribunda e decadente “*fecha os olhos*” para todas as desigualdades, catástrofes, barbáries etc., que ela mesma inaugurou.

Nesse contexto, a sociedade brasileira se constituiu por perversos mecanismos de opressão e violações de direitos (humanitários, sociais, culturais). Acumularam-se em nossa trajetória, enquanto nação, até a história recente, relatos e episódios de violências e confinamentos diuturnos. E, nessas situações, o chamado estado democrático brasileiro deveria intervir com políticas eficazes de segurança pública, por meio de um sistema de justiça que puna assertivamente os violadores do(s) direito(s) respeitando os ritos processuais e as especificidades e de cada caso, com uma visão abrangente pluriversal. No entanto, perpetuam-se práticas herdadas do passado colonial. Nesse cenário, as populações negra e indígena são os maiores alvos. Isso revela que a violência perpetrada tem corpo e cor; e a cor não é branca e o corpo não é europeu.

Ao longo de mais de cem anos de vida republicana, a violência em suas múltiplas formas de manifestação permaneceu enraizada como modo

costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado — isto é, moralmente imperativo —, de solução de conflitos decorrentes das diferenças étnicas, de gênero, de classe, de propriedade e de riqueza, de poder, de privilégio, de prestígio. Permaneceu atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas em princípio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos. Trata-se de formas de violência que imbricam e conectam atores e instituições (...). (Adorno, 1995: 301)

Na maioria dos casos o corpo é negro e feminino. Isso eu pude vivenciar e aprender desde menina. A grande maioria das meninas negras vivencia de modo muito solitário as mensagens de depreciação por conta da sua pele melaninada. Na adolescência, todas nós, moças negras somos assaltadas pela objetificação e hipersexualização do nosso corpo. Isso acarreta a percepção de não aceitação e a baixa autoestima da maioria das mulheres negras. A mulher negra não anda só, mas sente-se só. Sente-se só nas suas relações afetivas, profissionais e quando busca o poder público por proteção quando ela é alvo dos mais diferentes tipos de violência. Proponho aqui discorrer sobre essa solidão da mulher negra. A solidão que é sentida na sua vida privada e perpetuada pelas instituições. Essa reflexão também se amplia sobre que tipo de justiça pode promover efetiva reparação. Quando eu li a frase “A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA E ELA NÃO ANDA SÓ!” em uma camiseta, eu me inquietei e me veio a inspiração sobre essas indagações. O título está entre aspas, pois não foi criado por mim. A frase constava em uma camiseta exibida em um perfil da Ya Wanda³ (Criadora do Centro Cultural de Tradições Afro-brasileiras Ylê Asè Egi Omim).

Afirmar que a Justiça é uma MULHER NEGRA representa uma nova proposta de justiça que abarca outras dimensões com bases afroancestrais. Dizer que a MULHER NEGRA NÃO ANDA SÓ é pensar que as mulheres negras brasileiras não estão sozinhas no seu “*sentir-se só*” e caminham adiante firmes no enfrentamento da solidão e na subversão dos seus mecanismos. Ser mulher negra é insurgir-se, é buscar reparação social que significa promover JUSTIÇA.

A Cor da Solidão: reflexões sobre justiça numa perspectiva antirracista e antissexista

Quando o professor do Setor de Cultura Religiosa da PUC-Rio, Cláudio Jacinto da Silva, insistiu para que eu tentasse alguma escrita para contribuir com os debates da XIII Semana da Cultura Religiosa da PUC-Rio, em 2022, que traz como tema “Cidadania Plena: democracia, justiça, direitos e deveres”, eu fiquei um tanto insegura. Tratar de ‘Cidadania Plena’ em um momento em que nosso país atravessa diversos desmontes das instituições públicas e retrocessos nos campos da educação, da justiça com movimentos antidemocráticos em larga escala, pareceu-me e é um grande desafio. Não é uma tarefa simples. Porém, ao ler

³ Wanda Araújo (Yá Wanda d’Omolú) é Yalorixá do Ylê Asè Egi Omin, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. Mulher negra, ativista na luta antirracista, educadora e jornalista.

a frase que escolhi para intitular esse artigo, veio a inspiração modesta, mas que penso seja pertinente para somar a essa proposta de pensar nosso lugar no mundo, no nosso país; refletir sobre nossas (co)existências e sobre as nossas responsabilidades. Ao investigar a autoria da mesma, descobri que o seu início era o título do livro “A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA”, livro escrito pela procuradora federal Chiara Ramos e pela promotora de Justiça Livia Sant’Anna Vaz. O livro é parte de um amplo projeto de juristas negras no enfrentamento dos padrões identitários da justiça no Brasil. Tais padrões socioculturais são perpetrados por aqueles que detêm o poder sócio-econômico-cultural hegemônico no país. Cito aqui a fala de Livia Sant’Anna Vaz, numa live sobre o livro supracitado:

Se eu pedir para vocês pensarem sobre a justiça, quem é a justiça, automaticamente vão pensar numa mulher branca de olhos vendados que é a Têmis, uma figura da mitologia grega, que muito pouco tem a ver com a nossa própria história de população brasileira, do povo brasileiro, do povo negro brasileiro. Quando nós temos o nosso panteão afroameríndio, que é único no mundo e que nós não conhecemos porque o epistemicídio, o racismo epistêmico, traz esse apagamento ou essa tentativa de apagamento. Então, para nós, a partir desse livro “A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA”, é uma maneira de confrontar esse pensamento colonial, esse isolamento epistêmico do direito que não dialoga com outros saberes. É uma maneira de dizer que o direito, ele pode ser branco e pode ser masculino, como de fato é no Brasil e em grande parte do mundo. Ele pode continuar sendo sexista, racista, mas a JUSTIÇA NÃO! A justiça é uma outra concepção. E, por isso, nós defendemos que a justiça é uma mulher negra, com os cabelos crespos que lhe coroam a cabeça. Ela está com a espada sempre em riste, jamais pendente, pois ela sabe dos caminhos que precisa abrir para realmente construir uma justiça neste país para todas as pessoas, uma justiça pluriversal. E ela tem a balança na mão esquerda, pois precisa de equilíbrio, de estratégia para não sucumbir (...) nestes desafios, né, que são encontrados no meio do caminho. Mas, acima de tudo, o mais importante: ela JAMAIS ESTARÁ COM OS OLHOS VENDADOS. Nós precisamos de uma JUSTIÇA DE OLHOS ABERTOS e atentos a tudo que ela precise corrigir, todas as injustiças e opressões que ela precisa corrigir. (Vaz, 2022)

Essa nova concepção de justiça identificada aqui contrapõe representações que persistem no sistema de justiça brasileiro. Vaz e Ramos (2021: 15), nessa obra, um dos projetos do coletivo de juristas negras, protagonizam “*uma insurgência epistemológica nascida da encruzilhada que intersecciona gênero e raça no sistema de justiça brasileiro*”. A mulher negra, assim, não anda só. Ela não caminha só no seu enfrentamento da solidão. Sim! Porque ser MULHER NEGRA é enfrentar toda dor do sentir-se só.

As mulheres negras não andam sós quando, em suas vidas diárias, atuam nos seus espaços domésticos, familiares, profissionais, ou engajadas em seus diferentes coletivos. No entanto, a perpetuação e a manutenção de políticas públicas deficitárias, assim como o descaso no tratamento do Estado dedicado às mulheres negras, revelam “*evidências da relação entre a discriminação e a solidão afetiva e como isso reflete negativamente na*

dignidade da pessoa humana” (Xavier, 2016). A mulher negra não anda só, mas a maioria delas sente-se só. As mulheres negras vivenciam a solidão mesmo quando estão acompanhadas de parceiros desprovidos de empatia e sensibilidade às suas singularidades e ao descaso diante de suas potencialidades. Evidência maior é o fato de que a maior parte das mulheres vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras⁴. A maior parte dessas mulheres recebe salários inferiores aos dos homens ocupando as mesmas funções, além de ter posições de menos prestígio que as mulheres brancas. As mulheres negras são a maior porcentagem, em comparação com as brancas e os homens – brancos e negros - que estão em subempregos com longas e exaustivas jornadas de trabalho. E, quando mulheres alcançam alguma visibilidade e/ou cargos com protagonismo na sociedade, aqui me incluo, são vítimas de questionamento sobre a sua competência para exercer seus cargos e discriminadas como todas as mulheres por serem mulheres e ainda por serem negras.

Trago aqui como exemplo, uma experiência minha. Em 2010, eu estava no meu segundo ano, atuando como professora de língua inglesa pela primeira vez em uma escola particular. No ano anterior, eu trabalhei com turmas do Ensino Fundamental I (EFI). Por desenvolver um trabalho que foi elogiado pela minha coordenadora, foi-me oferecida a oportunidade de ser promovida, com uma remuneração mais alta, se lecionasse para turmas dos 7º e 8º Anos do *Ensino Fundamental II (EFII)*. Foi um grande desafio. Eu era a única professora negra naquela escola que ensinava as matérias teóricas. Além de mim, em todo o corpo docente só havia uma outra professora negra de Educação Física. Isso causou um certo estranhamento por parte de um grupo de alunos. Em uma das turmas, escreveram frases racistas me associando à personagem de desenho animado chamada “Maguila Gorila”. Por ter questionado o porquê de ter sido acolhida com tal peculiar mensagem, um dos alunos disse: “*Maguila Gorila é uma personagem de desenho animado!*” Eu disse: “*Eu sei. O que eu não entendi é porque escreveram o nome dessa personagem no início da minha aula. Alguém podia explicar? E por que não para outro professor ou professora? Há alguma coisa que queiram me comunicar com isso?*” Silêncio. Depois, soube que o coordenador geral ficou contrariado pelo fato de eu ter questionado a turma, chegando a afirmar que eu tive racismo contra mim mesma!

O episódio anterior foi seguido de outro um tanto distintivo na mesma escola. Coincidiu que era o ano em que a UERJ era a primeira universidade em nosso país a adotar o sistema de cotas raciais na seleção dos alunos em seu VESTIBULAR. O mesmo coordenador me inquiriu, diante dos donos da escola, se eu era a favor do novo sistema de cotas. Eu disse que sim. Sem antever que ali era uma declaração que contrapunha os interesses de donos de cursos de pré-vestibular. Por coincidência, o marido de minha melhor amiga, que era geofísico,

⁴ (Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-feminicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>)

foi transferido para trabalhar na Venezuela. Eu nunca havia viajado para fora do país. E, ao aceitar o convite dos dois para passar parte das férias de julho com eles em Caracas, passei a ser vista com olhos ainda mais opressores. Certamente pensaram: “Esta professora deve ser ‘comunista’! É a favor das cotas raciais e ainda vai passar férias na Venezuela!” Brincadeiras à parte, ao término do primeiro semestre daquele ano foi-me comunicado o meu desligamento daquela empresa. No dia da formalização da minha demissão, a coordenadora de língua inglesa, irmã do dono da escola, fez questão de me dizer: “Você é uma excelente professora, mas não sabe se comportar socialmente!” Eu respondi: “Não penso que seja essa a questão. Trata-se aqui de uma questão de valores. Os seus valores são bem diferentes dos meus!” Mesmo assim, eu não estava preparada para um tratamento tão humilhante e tão acintoso. Eu saí dali direto para o banheiro da escola para chorar. A mesma cidadã foi até a porta do banheiro bater com força não respeitando o meu direito ao recolhimento e ignorando a minha dor. Dias depois, ao ir ao sindicato dos professores para os últimos trâmites da minha demissão, fui informada de que eu devia voltar imediatamente àquela escola, pois sempre eles tentavam ‘burlar’ as regras, não registrando todos os itens devidos nas carteiras de trabalho de seus profissionais afastados. Cheguei à escola, por coincidência, no dia em que acabara uma reunião com a equipe de língua inglesa. Foi um constrangimento. Nenhum dos meus colegas teve a delicadeza de vir falar comigo. Somente um único colega, professor de Geografia fez questão de vir até mim, dar-me um forte abraço e me desejar boa sorte.

Esse meu relato é um entre milhares de situações de injustiça que as mulheres negras enfrentam em nosso país e do quão solitárias nos sentimos em espaços demarcados por uma lógica meritocrática. Na época eu não entendia isso. Pois eu, como a maioria das mulheres negras, não aprendi/aprendemos a lidar com essa tradição na sociedade brasileira de não se ter atribuído um lugar de prestígio. De fato, aquela coordenadora estava certa: eu não sei me portar socialmente. Se “portar-se socialmente” implica em enquadrar-se aos padrões elitistas, hipócritas que uma sociedade baseada na lógica dos privilégios, que o pensamento ocidental colonial impõe, eu escolho ter meus próprios modos, refundar-me e não me render a esse comportamento que é esperado e prestigiado em nossa sociedade. A tradição que nos é dada, nessa cultura colonialista eurocentrada, construída em bases escravocratas, é outra: a de se atribuir à mulher negra não uma identidade, e sim uma função. Tal função não é de ator ou de agente sociocultural, e sim de subserviência, de submissão aos desejos e caprichos do grupo hegemônico.

“*A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm)*” (Werneck, 2016: 13). Uma dessas formas é a de se sentir sufocada, isolada, desprestigiada, violentada, silenciada. Toda NEGRA traz consigo muita dor, muita indignação e muita **solidão**. No entanto, a MULHER NEGRA traz consigo história, memória, ancestralidade, afeto, acolhimento,

cuidado, movimento, ancestralidade, musicalidade, criatividade, poesia, cultura, tradição, pertencimento, MATRIPOTÊNCIA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Precisamos ser criadas para a liberdade.
O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.”
(Elza Soares)*

“A mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais; a opressão de gênero e a de raça” (Carneiro, 2020: contracapa). Seu corpo-morada comporta a dimensão racial (ser negra) e a dimensão generificada (ser mulher). (Re)existir em um sistema político cujo sistema de justiça confirma a regra da nossa inexistência, do nosso apagamento nos espaços de poder decisório, nos segmentos em que é imperativa a nossa representação, é subverter o *status quo*; é também reescrever uma narrativa já superada e desgastada em seus moldes ocidentalizados, reformulando-a por uma nova perspectiva afroancestrática.

“Ser mulher negra no sistema de justiça é desempenhar uma missão solitária de combate ao racismo/sexismo institucional” (Vaz e Ramos, 2021: 200). A solidão da mulher negra é institucionalizada e está naturalizada na sociedade brasileira. Lélia González, que cunhou o “pretuguês”, contribuiu imensa e amplamente para referendar, na contramão do belicismo evidente no discurso hegemônico, o feminismo negro e o feminismo afro-latino-americano. A NEGRA mulher é símbolo de resistência e de (re)existência! É também a corporeidade da luta, de um novo percurso de brasilidade. A JUSTIÇA É UMA MULHER NEGRA e A MULHER NEGRA - representada por um corpo pluriverso manifestado com competência, estratégia e eficiência nos mais distintos espaços de agência e protagonismo – É A JUSTIÇA.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO:

1 – O que significa “portar-se socialmente”? O número de meninas negras, as “negrinhas” das favelas, os meninos iletrados nas ruas do país, a população carcerária do país – que em sua imensa maioria é negra – recebe que tipo de tratamento do sistema de justiça e dos órgãos de defesa do país por não se comportarem nos moldes socialmente reconhecidos pelas elites?

2 – Como o letramento racial pode(ria) contribuir para a diminuição da **solidão institucionalizada**, ou seja, perpetrada na sociedade civil em diferentes espaços e instituições -- em especial, nas de justiça e segurança pública --, da MULHER NEGRA e para uma nova perspectiva afroancestrática do sistema de justiça brasileiro?

3 – Recentemente, no dia 21/11/2022, o cantor, compositor e ator negro *Seu Jorge* (SG) foi o entrevistado no programa de TV **Roda Viva**⁵, transmitido semanalmente pela TV Cultura. Uma das entrevistadoras fez a seguinte pergunta:

⁵ Entrevista completa disponível em: https://youtu.be/NW-R_UcBhyE, acesso 6 de março de 2023

“Pelo que eu vejo nas redes sociais (...), as suas últimas companheiras foram todas brancas, né, e existe uma grande crítica por parte da comunidade preta em relação a isto: homens negros que só se relacionam com mulheres brancas. Eu queria saber como você enxerga essa questão e se já se relacionou com mulheres pretas?”

SG respondeu:

“Sim. Já me relacionei com mulheres pretas, mas não a ponto de assumir um relacionamento mais profundo. A questão do interracial ainda é um problema no Brasil. (...) É claro que para muita gente há uma suspeita e dizem: “Ah, elas só estão com você porque você tem dinheiro. E esquecem que tem uma conversa! Esquecem que tem um papo antes, que tem uma sabedoria para conviver com as pessoas”.

No Instagram da **Revista Raça**, perguntou-se: “*Você concorda com SG e entende que relacionamentos interraciais no Brasil são um tabu? Ou para você isso pode ser uma desculpa para a famosa ‘palmitagem’?*”⁶ Além da questão da palmitagem⁷ ali posta, há, na última fala dele, uma explícita demonstração de que ele se sente exaltado e mais sábio por conquistar a inteligente e idealizada mulher branca. Aí se nos apresenta mais um dado que coopera para o preterimento da mulher negra e para a sua subsequente solidão em nossa sociedade brasileira. Carneiro (2020: 97-98) comenta:

Para os negros em processo de mobilidade social individual deslocado das estratégias de luta de suas comunidades (...), a relação interétnica representa a consolidação de uma aliança sem a qual essa mobilidade estaria comprometida (...).

(...) Outro aspecto dessa questão é que a mulher branca permite a esse homem negro apresentar-se diante do homem branco aliviado do complexo de castração, porque se tornou capaz de tomar a mulher dele, condição indispensável para que homens machistas (...) sintam-se recuperados em sua autoestima e capacidade fálica.”

Que tipo de reflexão / Que reflexões sobre a solidão da mulher negra pode-se fazer aqui?

4 – No último dia 08/12/2022, *Dia da Justiça*, o coletivo *Juristas Negras* lançou a campanha intitulada “**JURISTAS NEGRAS NO STF – A Justiça precisa de um novo olhar**”. Na postagem, apareciam repetidas duas imagens da estátua da deusa da justiça com olhos vendados. Entre elas uma imagem dos olhos de uma mulher negra, aparecendo bem abertos, após ela própria ter rasgado um tecido posto diante dela para lhe tapar a visão. Então, seguia-se um texto iniciado assim:

“*juristasnegras - JURISTAS NEGRAS NO STF E NOS TRIBUNAIS. Hoje, Dia da Justiça, reivindicamos diversidade de gênero e raça no sistema de justiça!*”⁸

Lélia González, que cunhou o “pretuguês”, contribuiu imensa e amplamente para referendar o feminismo negro e o feminismo afro-latino-americano na luta pelo acesso igualitário à justiça. Nessa perspectiva, mulheres negras, indígenas – mulheres amefricanas, atuam em diferentes frentes buscando olhar, perceber, sentir e transformar suas próprias vivências, nos âmbitos particular e coletivo, com seus modos muito singulares. Que outras ações, semelhantes a essa do coletivo de juristas negras, podem contribuir para a implementação de uma nova perspectiva de justiça que seja pluriversal? O texto da campanha termina: “**A Justiça é uma mulher negra e ela não anda só! Apoie a nossa campanha por justiça pluriversal, assinando nossa carta aberta!**” **Que tipo de engajamento pode se esperar em ações como essa por uma efetiva política reparatória no nosso sistema de justiça brasileiro?**

⁶ Conferir em https://www.instagram.com/reel/Ci7AmITJsMx/?utm_source=ig_web_copy_link, acesso 6 de março de 2023

⁷ “A palmitagem diz respeito aos relacionamentos amorosos inter-raciais, especialmente entre um homem negro e uma mulher branca — essa última vista como padrão ideal de parceira, o que resulta na solidão das mulheres negras, segundo pesquisadores do tema.” (Fonte: [Do genocídio negro à ‘palmitagem’, debate sobre racismo se multiplica e enfrenta contradições | Atualidade | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)).

⁸ Fonte: https://www.instagram.com/p/Ci6_mi8p-1L/?utm_source=ig_web_copy_link, acesso 6 de março de 2023

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. In: *Revista Sociedade e Estado*, volume X, n.º 2, Jul./Dez.1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44055>. Acesso em 10/12/2022.

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CÉSAIRE, Aimé. Título original: *Discours sur le colonialisme*. Éditions Présence Africaine, 1955. Prefácio, Sá da Costa Editora, 1977. *Discurso sobre o Colonialismo*. Tradução do francês por Noemia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1ª Edição, p. 04-63, 1978.

_____. *Discurso sobre o colonialismo*. Tradução de Cláudio Willer. –São Paulo: Veneta, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016. 16ª reimpressão, 2021.

EVARISTO, Conceição e RODRIGUES, Madalena. Prefácio. In: VAZ, Livia Sant'anna & RAMOS, Chiara. *A Justiça é uma mulher negra*. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2021.

VAZ, Livia Sant'anna & RAMOS, Chiara. *A Justiça é uma mulher negra*. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2021.

VAZ, Livia Sant'anna. *Invisível: Muito Além do Petróleo - A Justiça é uma Mulher Negra*. Live transmitida ao vivo em 4 de abril de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/LGJXpvsRUzk>. Acesso em 11/12/2022.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016. 16ª reimpressão, 2021.

XAVIER, Raísa Santos. A solidão da mulher negra e os reflexos na dignidade da pessoa humana. In: *Revista Eletrônica da OAB/RJ, Edição Especial "O Direito e as Mulheres Negras"*, 2016. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabRJ.org.br/?artigo=a-solidao-da-mulher-negra-e-os-reflexos-na-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em 4 de março de 2023.